



Demonstrações financeiras consolidadas

31 de março de 2017

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	10
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017	15
1 INFORMAÇÃO GERAL	15
2 BASE DE PREPARAÇÃO	20
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	20
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	23
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	26
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	30
7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	32
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	37
9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	39
10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	41
11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	42
12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47
13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	47
14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	49
15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	52
16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	53
17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	54
18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	55
19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	55
20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	56
21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	56
22 GASTOS COM PESSOAL	57

23	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	57
24	GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	58
25	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	58
26	RESULTADO POR AÇÃO	59
27	DIVIDENDOS POR AÇÃO	59
28	GARANTIAS PRESTADAS	60
29	PARTES RELACIONADAS	60
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	63

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

1.1. Resultados do 1º trimestre

No 1º trimestre de 2017, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 13,5 milhões de euros, um crescimento de 7,4 milhões de euros (+121,5%) face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução é explicada maioritariamente pelo bom desempenho dos resultados financeiros que registaram um crescimento de 7,9 milhões de euros (+33,9%), mas também pelo bom desempenho do resultado operacional que cresceu 2,6 milhões de euros (+2,1%).

De salientar que, no primeiro trimestre de 2017, a REN adquiriu por 169 milhões de euros uma participação de 42,5% na Electrogás, empresa que atua no setor de transporte de Gás Natural no Chile, cujo impacto no EBITDA de Grupo do primeiro trimestre ascende a 1,7 milhões de euros.

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nas contas de 2017, à semelhança dos anos anteriores (25,8 milhões de euros em março de 2017, e 25,9 milhões de euros em 2016¹).

Em março de 2017, o investimento situou-se nos 13,2 milhões de euros e as transferências para RAB nos 1,1 milhões de euros, um crescimento de 16,5% (1,9 milhões de euros) e 20,8% (0,2 milhões de euros) face a março de 2016, respetivamente. Por outro lado, o RAB médio apresentou um decréscimo de 46,8 milhões de euros (-1,3%), situando-se nos 3.495,3 milhões de euros, impactado maioritariamente pelo decréscimo no setor do Gás Natural.

As condições de financiamento evoluíram positivamente, com o custo médio de financiamento a reduzir para os 2,6% (-1,1 p.p. quando comparado com o primeiro trimestre de 2016). Por outro lado, a dívida líquida do 1º trimestre situou-se nos 2.543,5 milhões de euros, uma subida de 2,8% (+70,3 milhões de euros) face ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a aquisição da participação da Electrogas.

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	Março 2017	Março 2016	VAR.%
EBITDA	123,7	121,1	2,1%
Resultado financeiro ²	-15,5	-23,4	33,9%
Resultado líquido ¹	13,5	6,1	121,5%
Resultado líquido recorrente	39,3	32,0	22,6%
Capex total	13,2	11,3	16,5%
Transferências para RAB ³ (a custos históricos)	1,1	0,9	20,8%
RAB médio (a custos de referência)	3.495,3	3.542,1	-1,3%
Dívida líquida	2.543,5	2.473,2	2,8%

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	Março 2017	Março 2016	VAR. %
Custo médio da dívida	2,6%	3,7%	-1,1p.p.

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2017 e 2016.

² O proveito de 0,1 milhões de euros em 1T16 e 0,3 milhões de euros em 1T17 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

³ Inclui aquisições diretas (RAB related).

RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA do 1º trimestre de 2017, ascendeu a 123,7 milhões de euros, um crescimento de 2,1% (2,6 milhões de euros) face ao 1º trimestre do ano anterior.

EBITDA (MILHÕES DE EUROS)	Março 2017	Março 2016	VAR. %
1) Proveitos de Ativos	114,7	113,4	1,2%
Remuneração do RAB	54,2	55,1	-1,6%
Diferenças de alisamento (gás)	0,2	-0,8	n.m.
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,7%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,2%
Remuneração de ativos em fim de vida	5,4	5,0	6,4%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	50,3	49,3	1,9%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,5	-0,2%
2) Proveitos de Opex	25,0	23,1	8,5%
3) Outros proveitos	6,8	4,0	68,7%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	3,1	3,5	-11,8%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	10,1	7,9	27,9%
6) OPEX	25,8	22,8	13,3%
Custos com Pessoal ⁴	12,3	12,5	-1,5%
Custos Externos	13,6	10,4	31,0%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	10,1	7,9	27,9%
8) Provisões	-0,1	0,0	n.m.
9) Imparidades	0,1	0,0	n.m.
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	123,7	121,1	2,1%

⁴ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

A contribuir para a evolução positiva do EBITDA estiveram:

- Os proveitos obtidos com a participação na Electrogas adquirida no primeiro trimestre de 2017 (1,7 milhões de euros);

- Melhoria no incentivo permitido da REN Trading (+1,3 milhões de euros);
- A evolução dos proveitos de recuperação de amortizações (+1,0 milhões de euros), consistente com o aumento da base de ativos regulada.

Por outro lado, a contribuir desfavoravelmente esteve:

- O aumento de 3,0 milhões de euros (13,3%) no opex do Grupo, que ficou a dever-se ao aumento de (i) 0,8 milhões de euros em custos pass-through (custos não core), e (ii) 2,4 milhões de euros nos custos externos core da empresa, impactados pelos custos com a operação de aquisição da Electrogas, parcialmente compensados pela redução de 0,2 milhões de euros em custos com pessoal (-1,5%).

RESULTADO LÍQUIDO

No 1º trimestre de 2017, o resultado líquido situou-se nos 13,5 milhões de euros, um aumento de 7,4 milhões de euros (121,5%) face ao mesmo período do ano anterior.

Este crescimento refletiu essencialmente:

- A evolução positiva do EBITDA (+2,6 milhões de euros), que beneficiou do reconhecimento de 1,7 milhões de euros de ganhos referentes à participação que a REN detém na empresa chilena Electrogás (adquirida no início de 2017);
- A melhoria do resultado financeiro (+7,9 milhões de euros, +33,9%), refletindo a redução de 1,1 p.p. no custo médio de financiamento de 3,7%, em março de 2016, para 2,6%, em março de 2017, apesar do crescimento de 2,8% na dívida líquida (+70,3 milhões de euros) explicado pela aquisição da Electrogas (169 milhões de euros).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente do 1º trimestre de 2017 apresentou um crescimento de 7,3 milhões de euros (+22,6%). Os itens não recorrentes considerados no 1º trimestre de 2017 e 2016 são os seguintes:

- Em 2017: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2017 (25,8 milhões de euros) ⁵.
- Em 2016: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2016 (25,9 milhões de euros) ⁵.

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	Março 2017	Março 2016	VAR.%
EBITDA	123,7	121,1	2,1%
Depreciações e amortizações	54,4	53,6	1,6%
Resultado financeiro	-15,5	-23,4	33,9%
Imposto do Exercício	14,5	12,1	20,0%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ⁵	25,8	25,9	-0,5%
Resultado Líquido	13,5	6,1	121,5%
Itens não recorrentes	25,8	25,9	-0,5%
Resultado Líquido Recorrente	39,3	32,0	22,6%

⁵ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2017 de 2016.

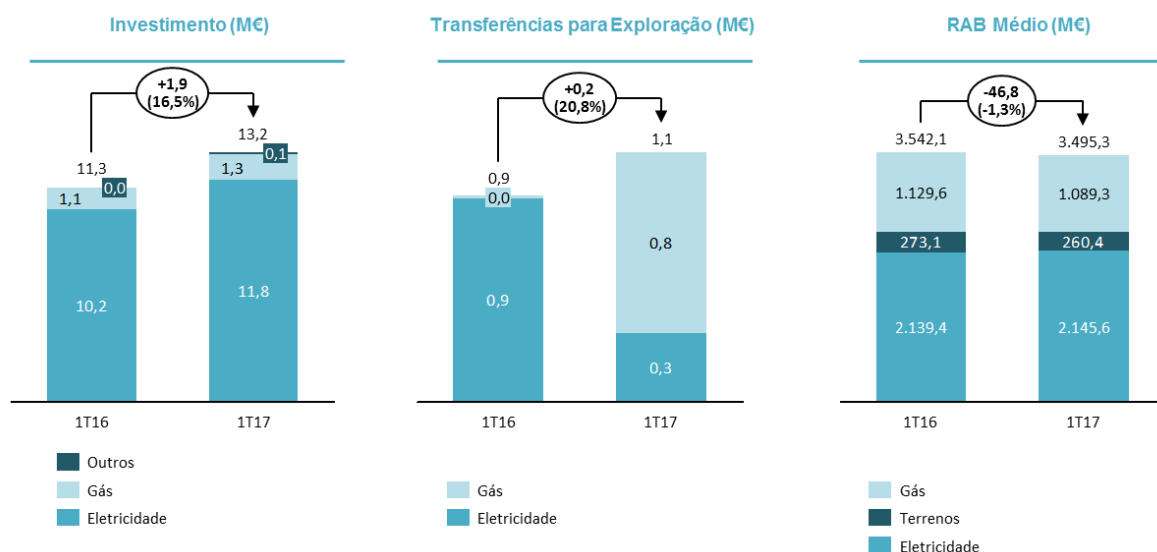
1.2. RAB médio e investimento

No 1º trimestre de 2017, a investimento ascendeu a 13,2 milhões de euros, um crescimento de 17% (+1,9 milhões de euros) face ao período homólogo do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 1,1 milhões de euros, um crescimento de 21% face a março de 2017 (+0,2 milhões de euros).

No setor da eletricidade, o investimento cresceu 1,5 milhões de euros (+15,1%), ascendendo a 11,8 milhões de euros. Destaca-se o investimento já realizado nos projetos de (i) abertura do novo ponto injetor 400/60 kV de Alcochete (2,0 milhões de euros), para alimentação dos consumos nos concelhos de Montijo e Alcochete, (ii) da linha Foz Tua - Armamar a 400 Kv (1,8 milhões de euros), para ligação ao aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, e (iii) de reforço do eixo a 400 kV Lavos-Rio Maior (1,1 milhões de euros). As transferências para exploração diminuíram 0,6 milhões de euros (-66,3%).

No setor do Gás Natural o investimento ascendeu a 1,3 milhões de euros, um crescimento de 0,2 milhões de euros (+21,7%) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 0,8 milhões de euros.

O RAB médio do 1º trimestre de 2017 situou-se nos 3.495,3 milhões de euros, uma redução de 46,8 milhões de euros (-1,3%) face ao período homólogo do ano anterior. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.145,6 milhões de euros (+6,2 milhões de euros, +0,3%), dos quais 1.115,0 milhões de euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 260,4 milhões de euros (-12,8 milhões de euros, -4,7%). No setor do Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 1.089,3 milhões de euros (-40,3 milhões de euros, -3,6%).



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

31 DE MARÇO DE 2017

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2017	Dez 2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	593	578
Goodwill		3.302	3.397
Ativos intangíveis	5	3.784.464	3.825.712
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	177.427	14.657
Ativos disponíveis para venda	9	150.524	150.118
Instrumentos financeiros derivados	11	19.605	20.425
Outros ativos financeiros	8	17	14
Clientes e outras contas a receber	10	11.050	10.145
Ativos por impostos diferidos	7	67.706	62.825
		4.214.689	4.087.871
Corrente			
Inventários		1.200	1.028
Clientes e outras contas a receber	10	403.600	448.826
Outros ativos financeiros	8	-	1.317
Caixa e equivalentes de caixa	12	28.237	10.783
		433.037	461.954
Total do Ativo	4	4.647.726	4.549.825
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	322.397	319.204
Resultados acumulados		316.836	216.527
Outras variações no capital próprio		30	30
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		13.475	100.183
Total capital próprio		1.176.011	1.159.217
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	8 e 14	2.103.818	2.298.543
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	124.315	125.673
Instrumentos financeiros derivados	11	9.515	12.212
Provisões para outros riscos e encargos	16	6.562	6.154
Fornecedores e outras contas a pagar	8 e 17	343.222	318.126
Passivos por impostos diferidos	7	63.091	73.027
		2.650.523	2.833.735
Corrente			
Empréstimos obtidos	8 e 14	493.779	216.594
Provisões para outros riscos e encargos	16	-	801
Fornecedores e outras contas a pagar	8 e 17	270.722	311.539
Imposto sobre o rendimento a pagar	7 e 8	55.972	26.875
Instrumentos financeiros derivados	11	719	1.063
		821.192	556.873
Total Passivo	4	3.471.715	3.390.608
Total do capital próprio e passivo		4.647.726	4.549.825

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2017	Mar 2016 (a)
Vendas	18	15	95
Prestações de serviços	18	139.445	135.159
Rendimentos de construção em ativos concessionados	19	13.112	11.325
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	1.826	297
Outros rendimentos operacionais	20	5.496	5.065
Total dos rendimentos operacionais		159.894	151.940
Custo das vendas		(46)	(114)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(10.056)	(7.860)
Fornecimentos e serviços externos	21	(9.688)	(6.697)
Gastos com pessoal	22	(12.162)	(12.445)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(54.399)	(53.561)
Reversões / (reforços) de provisões		67	-
Imparidades (perdas/reversões)		(94)	-
Outros gastos operacionais	23	(3.951)	(3.565)
Total dos gastos operacionais		(90.330)	(84.242)
Resultado operacional		69.564	67.698
Gastos de financiamento	24	(18.708)	(26.555)
Rendimentos financeiros	24	2.944	2.987
Resultado financeiro		(15.765)	(23.568)
Resultado consolidado antes de impostos		53.799	44.131
Imposto sobre o rendimento	7	(14.526)	(12.109)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.798)	(25.938)
Resultado líquido consolidado do período		13.475	6.084
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		13.475	6.084
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		13.475	6.084
Resultado por ação (Básico e Diluído) - Euros	26	0,03	0,01

(a) - informação financeira que não foi objeto de auditoria ou revisão limitada.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2017</u>	<u>Mar 2016 (a)</u>
Resultado líquido consolidado do período		13.475	6.084
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais	15	177	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	7	(52)	-
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)		(252)	-
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	3.906	(12.068)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	(616)	2.534
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	406	(1.096)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(252)	(1.598)
Total do rendimento consolidado integral do período		<u>16.791</u>	<u>(6.144)</u>
Atribuível a:			
Acionistas		16.791	(6.144)
Interesses não controlados		-	-
		<u>16.791</u>	<u>(6.144)</u>

(a) - informação financeira que não foi objeto de auditoria ou revisão limitada.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas									Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	
A 1 de janeiro de 2016		534.000	(10.728)	102.608	54.489	(8.960)	177.482	30	196.253	116.115	1.161.288
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(2.694)	(9.533)	-	-	-	6.084	(6.144)
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	116.115	(116.115)	-
A 31 de março de 2016 (a)		534.000	(10.728)	102.608	51.795	(18.493)	177.482	30	312.367	6.084	1.155.145
A 1 de janeiro de 2017		534.000	(10.728)	106.800	48.781	(13.858)	177.482	30	216.527	100.183	1.159.217
Total do rendimento integral do período		-	-	-	154	3.290	(252)	-	125	13.475	16.791
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	100.183	(100.183)	-
A 31 de março de 2017		534.000	(10.728)	106.800	48.935	(10.568)	177.230	30	316.836	13.475	1.176.011

(a) - informação financeira que não foi objeto de auditoria ou revisão limitada.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2017</u>	<u>Mar 2016 (b)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		634.639 (a)	415.581 (a)
Pagamentos a fornecedores		(433.442) (a)	(317.002) (a)
Pagamentos ao pessoal		(14.633)	(14.232)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(1.192)	(47)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(2.567)	(9.410)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		<u>182.805</u>	<u>74.890</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		1.309	-
Juros e rendimentos similares		-	3
Dividendos		1.290	1.206
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	(168.618)	-
Ativos fixos tangíveis		(143)	(58)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		(68.730)	(60.711)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		<u>(234.893)</u>	<u>(59.560)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.112.500	1.150.000
Juros e rendimentos similares		8	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.022.841)	(1.118.335)
Juros e gastos similares		(22.244)	(34.032)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		<u>67.423</u>	<u>(2.367)</u>
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		15.335	12.963
Efeito das taxas de câmbio		1.710	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	10.680	63.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	<u>27.725</u>	<u>76.502</u>
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Numerário	12	21	21
Descobertos bancários	12	(512)	(584)
Depósitos bancários	12	28.217	77.065
		<u>27.725</u>	<u>76.502</u>

(a) - estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

(b) - informação financeira que não foi objeto de auditoria ou revisão limitada.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN”, “REN SGPS, S.A.”, “REN SGPS” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma

remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016 foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Em 31 de março de 2017 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”), que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

-
- d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;
- e) Uma participação de 8,3% no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;
- f) participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%.

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	Mar 2017		Dez 2016	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aéreo Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2017 face ao reportado em 31 de dezembro de 2016.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de maio de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e

Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2016. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (substituição da IAS 39) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018) - Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura.

Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 15 “Rédito de contrato com clientes” (alteração a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018) - Estas alterações vêm clarificar como os princípios estabelecidos na norma devem ser aplicados.

Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2017.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	-	A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade. A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 16 - Locações	01-jan-19	Esta norma pretende substituir as atuais normas de locações (IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27) e vem clarificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativo por imposto diferido em perdas não realizadas	01-jan-17	O objetivo desta alteração é clarificar a contabilização de um ativo por imposto diferido numa perda não realizada, no âmbito de um instrumento de dívida mensurado ao justo valor.
Alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-jan-17	O objetivo desta alteração, que se insere no projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), é permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações decorrentes das atividades de financiamento. Para este efeito, esta alteração estabelece requisitos de divulgação adicionais quanto às atividades de financiamento.
Alterações à IFRS 15 - Rêdito de contrato com clientes	01-jan-18	Estas emendas vêm clarificar como os princípios estabelecidos na IFRS 15 devem ser aplicados.
Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar algumas definições, nomeadamente, a definição de condições de aquisição e condições de mercado, de forma a assegurar a consistência na classificação dos pagamentos baseados em ações.
Alterações à IFRS 4 - Contratos de seguro: Aplicação da IFRS 9	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar os impactos contabilísticos das diferentes datas de aplicação efetiva da IFRS 4 e IFRS 9.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01-jan-17 e 01-jan-18	Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2014-2016 incidiram na revisão: (i) da norma IFRS 1 (eliminação de isenções de curto prazo que já não são aplicáveis); (ii) da norma IFRS 12 (esclarece que os requisitos de divulgação de informação da IFRS 12 se aplicam a todos os investimentos - referidos no parágrafo 5 - ainda que que classificados como detidos para venda, para distribuição aos proprietários ou unidades operacionais descontinuadas em conformidade com a IFRS 5); e (iii) da norma IAS 28 (clarifica que a opção de mensurar um investimento numa associada ou empreendimento conjunto detido por uma entidade que é uma organização de capital de risco ou outra entidade qualificada, está disponível numa base individual).
Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira	01-jan-18	Esta interpretação clarifica que a data relevante para o reconhecimento de um ativo, gasto ou rendimento, relativo a uma transação em moeda estrangeira, para a qual uma entidade recebe ou paga antecipadamente um montante em moeda estrangeira, é a data da transação.
Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento	01-jan-18	Esta alteração clarifica que uma transferência de ativos de, ou para, a rubrica de propriedades de investimento deve ser realizada apenas quando haja evidência de uma mudança de uso. Adicionalmente, clarifica-se que a alteração da intenção de uso não constitui evidência de uma mudança de uso.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2017.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços aos mesmos utilizadores e os serviços são complementares, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento de Telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	96.768	41.451	1.284	7.797	(7.780)	139.460
Inter-segmentos	183	101	15	7.481	(7.780)	-
Externas	96.586	41.349	1.269	256	-	139.460
Rendimentos de construção em ativos concessionados	11.774	1.338	-	-	-	13.112
Gastos de construção em ativos concessionados	(9.110)	(946)	-	-	-	(10.056)
Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.826	-	1.826
Fornecimentos e serviços externos	(8.694)	(5.990)	(351)	(3.984)	9.331	(9.688)
Gastos com pessoal	(5.042)	(1.773)	(63)	(5.285)	-	(12.162)
Outros gastos e rendimentos operacionais	2.510	468	(10)	82	(1.551)	1.499
Cash flow operacional	88.207	34.548	860	376	-	123.992
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(39.309)	(15.034)	(2)	(54)	-	(54.399)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-	-	67	-	67
Imparidades	-	-	-	(94)	-	(94)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	184	3.475	9	43.732	(44.456)	2.944
Gastos de financiamento	(17.512)	(7.835)	-	(37.818)	44.456	(18.708)
Resultado antes de impostos	31.570	15.155	866	6.209	-	53.799
Imposto sobre o rendimento	(9.186)	(4.026)	(195)	(1.119)	-	(14.526)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(18.362)	(7.435)	-	-	-	(25.798)
Resultado líquido do período	4.021	3.694	671	5.090	-	13.475

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	90.712	42.945	1.374	8.135	(7.913)	135.253
Inter-segmentos	183	101	15	7.614	(7.913)	-
Externas	90.529	42.844	1.358	522	-	135.253
Rendimentos de construção em ativos concessionados	10.226	1.099	-	-	-	11.325
Gastos de construção em ativos concessionados	(7.184)	(676)	-	-	-	(7.860)
Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	297	-	297
Fornecimentos e serviços externos	(8.145)	(5.079)	(385)	(2.499)	9.411	(6.697)
Gastos com pessoal	(5.270)	(1.963)	(59)	(5.152)	-	(12.445)
Outros gastos e rendimentos operacionais	2.682	344	(57)	(85)	(1.498)	1.386
Cash flow operacional	83.020	36.671	872	696	-	121.259
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(38.586)	(14.915)	(0)	(59)	-	(53.561)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	4	3.687	10	42.127	(42.842)	2.987
Gastos de financiamento	(18.263)	(8.711)	(1)	(42.421)	42.842	(26.555)
Resultado antes de impostos	26.175	16.731	882	343	-	44.131
Imposto sobre o rendimento	(7.521)	(4.445)	(199)	56	-	(12.109)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(18.302)	(7.635)	-	-	-	(25.938)
Resultado líquido do período	352	4.651	683	398	-	6.084

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração, consultoria e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	513 270	-	1 612 549	(2 125 819)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2 623 236	1 161 895	37	517	(628)	3 785 057
Outros ativos	542 682	473 506	7 565	5 282 721	(5 443 805)	862 668
Total do ativo	3 165 918	2 148 670	7 602	6 895 788	(7 570 252)	4 647 726
Total do passivo	2 571 353	1 008 883	5 320	5 336 912	(5 450 753)	3 471 715
Total do investimento	11 777	1 338	-	85	-	13 199
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	85	-	85
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	11 777	1 338	-	-	-	13 114
Investimentos em associadas	-	-	-	174 427	-	174 427
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	-	3 000	-	3 000

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	533.685	-	1.453.960	(1.987.645)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.650.536	1.175.219	-	535	-	3.826.290
Outros ativos	575.485	441.059	6.998	4.891.800	(5.191.807)	723.535
Total do ativo	3.226.022	2.149.964	6.998	6.346.295	(7.179.452)	4.549.825
Total do passivo	2.635.831	933.642	2.973	5.009.973	(5.191.808)	3.390.608
Total do investimento no exercício	157.494	13.753	-	214	-	171.461
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	214	-	214
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	157.494	13.753	-	-	-	171.247
Investimentos em associadas	-	-	-	11.666	-	11.666
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.991	-	2.991

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamento externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2016			Movimentos					31 de dezembro de 2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(103)	-	-	-	-	-	-	103	(103)	-
Edifícios e outras construções	1.038	(469)	569	206	(313)	-	(205)	221	931	(453)	479
Equipamento de transporte	302	(201)	102	8	(12)	-	(29)	12	299	(217)	81
Equipamento administrativo	27	(4)	23	-	-	-	(5)	-	27	(9)	18
	1.470	(776)	695	214	(325)	-	(239)	233	1.360	(782)	578
	1 de janeiro de 2016			Movimentos					31 de dezembro de 2016		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329	2.524	(1.104)	151.648	(214.524)	1.009	7.365.215	(3.618.333)	3.746.882
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	61.756	-	61.756	168.723	-	(151.648)	-	-	78.831	-	78.831
	7.273.902	(3.404.818)	3.869.085	171.247	(1.104)	-	(214.524)	1.009	7.444.045	(3.618.333)	3.825.712
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.275.373	(3.405.593)	3.869.779	171.461	(1.429)	-	(214.761)	1.241	7.445.405	(3.619.115)	3.826.290

As adições registadas no período de três meses findo em 31 de março de 2017 referem-se essencialmente aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As principais adições verificadas em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalham-se como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	1.007	9.674
Construção de linha de 400 KV	3.433	39.982
Construção de novas subestações	2.314	10.313
Ampliação de Subestações	3.046	78.351
Outras remodelações em subestações	336	5.094
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	719	8.607
Construção zona piloto - energia das ondas	46	210
Remodelação de edifícios afectos à concessão	789	3.530
Outros ativos	87	1.735
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	928	10.281
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	184	1.629
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	225	1.842
Segmentos outros		
Outros ativos	85	214
Total das adições	13.199	171.461

As principais transferências nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalham-se como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	-	11.505
Construção de linha de 400 KV	-	39.829
Ampliação de Subestações	-	68.929
Outras remodelações em subestações	-	4.744
Sistema de informação e telecomunicações	-	8.992
Edifícios afetos à concessão	-	4.402
Outros ativos concessionados	207	34
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	708	9.640
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	54	2.275
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	1.298
Total das transferências	969	151.648

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são conforme se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	33.582	29.142
Ampliação e remodelação de subestações	26.785	23.502
Projetos de novas estações	17.168	14.854
Outros projetos	1.485	1.127
Remodelação de edifícios afectos à concessão	1.915	1.086
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	6.935	6.459
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.350	2.220
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	667	441
Total do activo em curso	90.886	78.831

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2017, ascenderam a 486 milhares de Euros (2.951 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 2.571 milhares de Euros (13.079 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 19).

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Valor bruto	6.257	6.153
Amortizações e depreciações acumuladas	<u>(2.552)</u>	<u>(2.506)</u>
Valor líquido	<u>3.705</u>	<u>3.647</u>

6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira								Fração de capital detida					
			31 de março de 2017								Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos								
Método da equivalência patrimonial:																
Associada:																
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	461	30.627	1.199	208	334	244	29.681	244	40	11.763	98		
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	19.892	18.188	55.756	25.271	19.387	8.109	4.047	29.286	4.047	42,5	162.664	1.720		
													174.427	1.818		
Empreendimento conjunto:																
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.886	966	847	-	465	17	6.006	17	50	3.000	8		
													177.427	1.826		

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira								Fração de capital detida					
			31 de dezembro de 2016								Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos								
Método da equivalência patrimonial:																
Associada:																
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	680	30.302	1.092	208	1.638	1.070	29.681	30.752	40	11.666	515		
Empreendimento conjunto:																
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.409	1.109	1.527	1	3.902	1.603	5.989	7.592	50	2.991	798		
													14.657	1.314		

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 31 de março de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas

A 1 de janeiro de 2016	12.395
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	515
Outros	(1.244)
A 31 de dezembro de 2016	11.666
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	1.818
Atribuição de dividendos	(7.422)
Aquisição da participação da Electrogas	168.618
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	(252)
A 31 de março de 2017	174.427

Em 7 de fevereiro de 2017, o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de USD 180.000.000 (168.618 milhares de Euros). Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile e tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 31 de março de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2016	2.193
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	798
A 31 de dezembro de 2016	2.991
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	8
A 31 de março de 2017	3.000

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Informação financeira						
	31 de março de 2017						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.500	6	-	(143)	-	-	(5)

	Informação financeira						
	31 de dezembro de 2016						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.166	6	1	(522)	-	(1)	209

7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2017.

No exercício de 2017, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2017 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 são detalhados como se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Imposto corrente	30.263	16.200
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	-	(176)
Imposto diferido	(15.737)	(3.914)
Imposto sobre o rendimento	14.526	12.109

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Resultado antes de impostos	53.799	44.131
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	188	58
Rendimentos não tributáveis	(355)	(1.189)
Diferenças temporárias:		
Desvios Tarifários	58.345	13.705
Provisões e imparidades	(423)	(58)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	107	1.876
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(1.179)	(1.145)
Instrumentos financeiros derivados	347	76
Outros	(14)	(14)
Lucro tributável	110.816	57.439
Impostos sobre o rendimento	22.857	12.062
Derrama estadual sobre o lucro tributável	5.593	3.047
Derrama municipal	1.649	858
Tributações autônomas	163	233
Imposto corrente	30.263	16.200
Imposto diferido	(15.737)	(3.914)
Imposto diferido	(15.737)	(3.914)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	-	(176)
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.526	12.109
Taxa efetiva de imposto	27,0%	26,1%

Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar é detalhada no quadro seguinte:

	Mar 2017	Dez 2016
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	58.193	67.566
Pagamentos por conta	(2.213)	(40.648)
Retenções na fonte por terceiros	(8)	(43)
Imposto a pagar	55.972	26.875

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	5.548	(4.722)
Passivos por impostos diferidos	10.188	16.018
	<u>15.737</u>	<u>11.296</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(667)	1.709
Passivos por impostos diferidos	(252)	(796)
	<u>(919)</u>	<u>913</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	14.818	12.209

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - março 2017

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825
Aumento/reversão por capital	-	(52)	-	(616)	-	-	(667)
Reversão por resultados	(87)	(342)	-	(2)	(148)	(4)	(583)
Aumento por resultados	-	-	6.132	-	-	-	6.132
Movimento do período	(87)	(393)	6.132	(618)	(148)	(4)	4.881
A 31 de março de 2017	1.814	36.040	17.811	3.069	8.814	158	67.706

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2016

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2016	1.873	37.462	13.761	2.382	10.182	178	65.838
Aumento/reversão por capital	-	407	-	1.302	-	-	1.709
Reversão por resultados	-	(1.436)	(2.082)	-	(1.219)	(16)	(4.754)
Aumento por resultados	28	-	-	3	-	-	31
Movimento do período	28	(1.028)	(2.082)	1.306	(1.219)	(16)	(3.012)
A 31 de dezembro de 2016	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825

Em 31 de março de 2017 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - março 2017

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de Ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2017	38.878	24.688	-	9.461	73.027
Aumento/reversão por capital	-	-	-	252	252
Reversão por resultados	(10.014)	(174)	-	-	(10.188)
Movimentos do período	(10.014)	(174)	-	252	(9.936)
A 31 de março de 2017	28.864	24.514	-	9.713	63.091

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2016

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2016	52.930	26.645	9	8.665	88.249
Aumento/reversão por capital	-	-	-	796	796
Aumento por resultados	(14.052)	(1.957)	(9)	-	(16.018)
Reversão por resultados	-	-	-	-	-
Movimentos do período	(14.052)	(1.957)	(9)	796	(15.222)
A 31 de dezembro de 2016	38.878	24.688	-	9.461	73.027

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Março de 2017

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	28.236	28.236	28.236
Clientes e outras contas a receber	10	414.650	-	-	-	-	-	414.650	414.650
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	-	17	17	17
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	150.524	-	-	150.524	150.524
Instrumentos financeiros derivados	11	-	19.605	-	-	-	-	19.605	19.605
Total ativos financeiros		414.650	19.605	-	150.524	-	28.253	613.032	613.032
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.597.597	2.597.597	2.648.784
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	319.401	319.401	319.401
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	55.972	55.972	55.972
Instrumentos financeiros derivados	11	-	9.348	886	-	-	-	10.234	10.234
Total passivos financeiros		-	9.348	886	-	-	2.972.971	2.983.205	3.034.391

Dezembro de 2016

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	10.783	10.783	10.783
Clientes e outras contas a receber	10	458.971	-	-	-	-	-	458.971	458.971
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.317	14	1.331	1.331
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	150.118	-	-	150.118	150.118
Instrumentos financeiros derivados	11	-	20.425	-	-	-	-	20.425	20.425
Total ativos financeiros		458.971	20.425	-	150.118	1.317	10.797	641.628	641.628
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.515.137	2.515.137	2.570.554
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	332.091	332.091	332.091
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	26.875	-	-	-	-	-	26.875	26.875
Instrumentos financeiros derivados	11	-	13.275	-	-	-	-	13.275	13.275
Total passivos financeiros		26.875	13.275	-	-	-	2.847.228	2.887.378	2.942.796

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,355% e 1,181% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 31 de março de 2017, de 2.648.784 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 2.570.554 milhares de Euros), dos quais 405.891 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2016 era de 408.664 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2017, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	97.466	49.516	-	146.982
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	11.681	-	11.681
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	7.924	-	7.924
		97.466	69.121	-	166.587
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	405.891	-	405.891
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	9.348	-	9.348
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	886	-	886
		-	416.125	-	416.125

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 31 de março de 2017, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social		% detida	Valor contabilístico	
	Localidade	País		Mar 2017	Dez 2016
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	97.466	97.060
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	49.516	49.516
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	8,30%	173	173
MIBGAS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	202
				150.524	150.118

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	Total
1 de janeiro de 2016	3.167	600	47.104	104.384	208	-	154.862
Aquisições	-	-	-	-	-	202	202
Ajustamento de justo valor	-	-	2.412	(7.324)	-	-	(4.912)
Alienações	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	3.167	-	49.516	97.060	173	202	150.118
1 de janeiro de 2017	3.167	-	49.516	97.060	173	202	150.118
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento de justo valor	-	-	-	406	-	-	406
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Perda por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	3.167	-	49.516	97.466	173	202	150.524

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2017.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, MIBGÁS e na Coreso, não existem na data de relato quaisquer indícios de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta os seguintes montantes:

Reserva de justo valor (Nota 13)	
1 de janeiro de 2016	54.489
Variação de justo valor	(4.912)
Efeito fiscal	(796)
31 de dezembro de 2016	48.781
1 de janeiro de 2017	48.781
Variação de justo valor	406
Efeito fiscal	(252)
31 de março de 2017	48.935

10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Mar 2017			Dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	274.420	155	274.575	290.505	355	290.860
Imparidade de clientes e contas a receber	(843)	-	(843)	(843)	-	(843)
Clientes - Valor líquido	<u>273.577</u>	<u>155</u>	<u>273.732</u>	<u>289.662</u>	<u>355</u>	<u>290.017</u>
Desvios tarifários	92.001	10.895	102.896	129.007	9.790	138.797
Estado e Outros Entes Públicos	38.022	-	38.022	30.157	-	30.157
Clientes e outras contas a receber	<u>403.600</u>	<u>11.050</u>	<u>414.650</u>	<u>448.826</u>	<u>10.145</u>	<u>458.971</u>

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 78.128 milhares de Euros (74.397 milhares em 31 de dezembro de 2016); (ii) da Galp, o qual ascende a 12.472 milhares de Euros (22.751 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016); e (iii) o montante a receber de 95.000 milhares de Euros (95.000 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 21.099 milhares de Euros (26.534 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 5.623 milhares de Euros (5.788 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), relativos aos CMEC. Esta transação configura-se como uma

transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Saldo inicial	(843)	(927)
Aumentos	-	-
Utilizações	-	56
Reversões	-	28
Saldo final	(843)	(843)

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de março de 2017			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	363 462 mEuros	-	-	719	8.629
	10.000 mJPY/				
Swap de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEUR	-	11.681	-	-
		-	11.681	719	8.629
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	-	7.924	-	-
		-	7.924	-	-
Derivados de negociação		-	-	-	886
	60 000 mEuros				
Instrumentos financeiros derivados		-	19.605	719	9.515

	Nocional	31 de dezembro de 2016			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	363 462 mEUR	-	-	1.063	11.072
	10.000 mJPY/				
Swap de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEUR	-	8.673	-	-
		-	8.673	1.063	11.072
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swap de taxa de juro	400.000 mEUR	-	11.753	-	-
		-	11.753	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	1.139
		-	-	-	1.139
Instrumentos financeiros derivados		-	20.425	1.063	12.212

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2017, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 350 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 1.950 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em Mar 2017	Justo valor em Dez 2016
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	363 462 mEuros	EUR	[0,75%;1,89%]	[-0,33%;0,00%] - Taxas variáveis	[set-2017; dez-2024]	(9.348)	(12.136)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 000 JPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	11.681	8.673
						2.333	(3.463)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	EUR	[-0,24%;0,13%] - taxas variáveis	[0,61%;1,72%]	[out-2020;fev-2025]	7.924	11.753
Derivados designados como negociação							
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	Taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(886)	(1.139)
						(886)	(1.139)
Total						9.371	7.150

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 31 de março de 2017 é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	63.462	-	-	-	-	-	300.000	363.462
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	100.000	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	63.462	-	-	100.000	-	-	732.899	896.361

Swaps:**Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 31 de março de 2017, de 363.462 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 363.462 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 31 de março de 2017, é de 9.348 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2016 era de 12.136 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 31 de março de 2017 é de 11.681 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2016 era de 8.673 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 31 de março de 2017, foi desfavorável no montante de 2.610 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 31 de março de 2016 foi desfavorável em 1.891 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira em 31 de março de 2017 foi de 5.938 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 6.196 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2017 ascende a 258 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 13.636 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 17.542 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto Imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2016	(11.342)	2.382	8.960
Variação de justo valor e ineficácia	(6.200)	1.302	(4.898)
31 de dezembro de 2016	17.542	(3.684)	13.858
1 de janeiro de 2017	17.542	(3.684)	13.858
Variação de justo valor e ineficácia	(3.906)	616	(3.290)
31 de março de 2017	13.636	(3.068)	10.568

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 31 de março de 2017, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 400.000 milhares de Euros). O risco correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 31 de março de 2017, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 7.924 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2016 era de 11.753 milhares de Euros negativos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 31 de março de 2017, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 2.773 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2016 era de 13.545 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 80 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2016 era de 5 milhares de Euros positivos).

Derivados de negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 31 de março de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão

associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 31 de março de 2017, é de 886 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2016 era de 1.139 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2017, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um rendimento de 254 milhares de Euros (a 31 de março de 2016 foi registado um gasto de 1.775 milhares de Euros).

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Caixa	21	1
Depósitos bancários	28.217	10.782
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	28.237	10.783
Descobertos bancários (Nota 14)	(512)	(103)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	27.725	10.680

13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

Capital social

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 31 de março de 2017, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2017.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 322.397 milhares de Euros, inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de março de 2017 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (48.935 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura: inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (10.568 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, e (ii) variações de capital próprio de entidades associadas e participadas, registadas pelo

método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2017, esta rubrica ascende a 177.230 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é como se segue:

	Mar 2017			Dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	192.800	1.476.506	1.669.306	30.000	1.670.110	1.700.110
Empréstimos bancários	46.730	495.349	542.078	61.730	495.349	557.078
Papel comercial	238.000	150.000	388.000	101.000	152.000	253.000
Descobertos bancários (Nota 12)	512	-	512	103	-	103
Locações financeiras	1.260	1.551	2.811	1.400	1.818	3.218
	<u>479.302</u>	<u>2.123.406</u>	<u>2.602.708</u>	<u>194.232</u>	<u>2.319.277</u>	<u>2.513.510</u>
Juros a pagar - empréstimos	33.467	-	33.467	42.174	-	42.174
Juros pagos (antecipação)	(18.990)	(19.588)	(38.578)	(19.812)	(20.734)	(40.546)
Empréstimos	<u>493.779</u>	<u>2.103.818</u>	<u>2.597.597</u>	<u>216.594</u>	<u>2.298.543</u>	<u>2.515.137</u>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	47.805	228.050	381.002	73.545	48.886	1.344.119	2.123.406
Dívida - Corrente	286.502	192.800	-	-	-	-	-	479.302
Total	<u>286.502</u>	<u>240.605</u>	<u>228.050</u>	<u>381.002</u>	<u>73.545</u>	<u>48.886</u>	<u>1.344.119</u>	<u>2.602.708</u>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2017 é o seguinte:

31 de março de 2017					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26/06/2009	26/06/2024	mJPY 10.000.000 (i)	mJPY 10.000.000	Taxa fixa (ii)	Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 90.000	Taxa variável	Trimestral
31/01/2013	31/01/2018	mEUR 300.000	mEUR 162.800	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.050.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 662.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 650.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria por empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que em 31 de março de 2017 ascendiam a 497.078 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 497.078 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 2.773 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2016 era de 13.545 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes covenants principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 71% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.272	1.439
Entre 1 e 5 anos	1.585	1.844
	2.857	3.283
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(46)	(65)
Valor actual do passivo das locações financeiras	2.811	3.218

	Mar 2017	Dez 2016
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.260	1.400
Entre 1 e 5 anos	1.551	1.818
	2.811	3.218

15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Mar 2017	Dez 2016
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	82.449	83.871
Cuidados médicos e outros benefícios	41.866	41.802
	124.315	125.673

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Mar 2017	Mar 2016
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	1.125	1.205
Cuidados médicos e outros benefícios	324	371
Total de Gastos na demonstração dos resultados	1.449	1.576

Os valores reportados a 31 de março de 2017 e 2016 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2016 e 2015, para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016, considerando a estimativa de salários para o ano de 2017 e 2016.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Dez 2016	Dez 2015
Taxa anual de desconto	1,80%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,5%	-
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	2,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	242	238
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Mar 2017	Dez 2016
Saldo inicial	6.955	6.888
Aumentos	-	1.012
Reversão	(67)	(496)
Utilizações	(326)	(449)
Saldo final	6.562	6.955
Provisão corrente	-	801
Provisão não corrente	6.562	6.154
	6.562	6.955

Em 31 de março de 2017 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros, no montante de 5.891 milhares de Euros, e a uma provisão para reestruturação no montante de 671 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	Mar 2017			Dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	113.153	-	113.153	127.388	-	127.388
Outros credores						
Credores diversos	54.063	29.680	83.743	31.561	29.884	74.239
Desvios tarifários	7.064	37.094	44.158	12.923	8.792	21.715
Fornecedores de investimento	45.735	-	45.735	104.230	-	104.230
Estado e outros entes públicos (i)	27.076	-	27.076	12.793	-	-
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.096	276.447	294.543	18.124	279.450	297.574
	-	-	-	-	-	-
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	5.536	-	5.536	4.520	-	4.520
Fornecedores e outras contas a pagar	270.722	343.222	613.944	311.539	318.126	629.665

(i) Os saldos de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 41.268 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (46.102 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016); o montante de 26.865 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (34.707 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016); (iii) o montante de 21.099 milhares de Euros (26.534 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade); e (iv) o montante a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., de 5.623 milhares de Euros (5.788 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), relativos aos CMEC, cujo movimento também foi refletido na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10). Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Em 31 de março de 2017, a rubrica “Credores diversos” inclui a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.798 milhares de Euros (em 31 de março de 2016 era de 25.938 milhares de Euros).

18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados é detalhado como se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Vendas de Materiais		
Mercado interno	15	95
	<u>15</u>	<u>95</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	94.326	89.365
Transporte de gás natural	30.127	27.308
Regaseificação	7.801	9.415
Armazenamento de gás natural	3.388	6.120
Rede de telecomunicações	1.254	1.264
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.128	1.063
Outros	422	623
	<u>139.445</u>	<u>135.159</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>139.460</u>	<u>135.253</u>

19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 é o seguinte:

	Mar 2017	Mar 2016
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	10.056	7.860
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	486	563
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	2.571	2.902
	<u>13.112</u>	<u>11.325</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	10.056	7.860
	<u>10.056</u>	<u>7.860</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.524	4.533
Proveitos suplementares	343	393
Outros	629	139
	5.496	5.065

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 apresentava o seguinte detalhe:

	Mar 2017	Mar 2016
Subcontratos de transporte de gás	827	1.067
Custos de manutenção	987	905
Comissões a entidades externas i)	2.656	1.156
Custos com energia eléctrica	1.876	1.130
Custos com seguros	798	799
Custos com publicidade e comunicação	222	223
Vigilância e segurança	417	412
Outros (inferiores a 400 milhares de euros)	1.905	1.005
Fornecimentos e serviços externos	9.688	6.697

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

22 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	Mar 2017	Mar 2016
Remunerações		
Órgãos sociais	580	595
Pessoal	7.932	7.958
	<u>8.512</u>	<u>8.552</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	1.449	1.576
Encargos sobre remunerações	1.734	1.767
Custos de ação social	26	23
Outros	442	526
	<u>3.650</u>	<u>3.892</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>12.162</u>	<u>12.445</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.435	2.302
Impostos	183	290
Donativos e Quotizações	773	721
Outros	560	252
	<u>3.951</u>	<u>3.565</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Mar 2017	Mar 2016
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	12.461	17.449
Papel comercial	1.049	1.374
Empréstimos bancários	3.502	5.557
Instrumentos financeiros derivados	258	1.775
Outros gastos financeiros	1.438	400
	18.708	26.555
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	8	7
Instrumentos financeiros derivados	975	2.980
Outros investimentos financeiros	1.961	-
	2.944	2.987

25 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro, e Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, para os exercícios de 2016 e 2017, respetivamente.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2017 (1 de janeiro de 2017) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2017) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no

montante de 25.798 milhares de Euros (Nota 17) (no período de três meses findo em 31 de Março de 2016 foi de 25.938 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto relativo na demonstração consolidada dos resultados.

26 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Mar 2017	Mar 2016
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	13 475	6 084
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534 000 000	534 000 000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3 881 374	3 881 374
Nº de ações no período	(3)	530 118 626	530 118 626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,03	0,01

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 11 de maio de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2016, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros.

28 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Mar 2017	Dez 2016
BEI	Para garantir empréstimos	270.430	278.033
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	5.530	5.530
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	2.312	2.312
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	2.152
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	87
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	79	79
GSE - Georgian State Electrosystem JSC	Contrato de Prestação de Serviço	57	57
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	15	15
Câmara Municipal de Lisboa	Garantir a suspensão da cobrança da Taxa Municipal	9	9
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão do Processo de Execução n.º 412/13	2	2
		308.724	316.327

29 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Mar 2017		Dez 2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.368.817	5,31%	28.370.665	5,31%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
The Capital Group Companies, Inc.	25.365.000	4,75%	26.792.304	5,02%
Great-West Lifeco, Inc.	10.980.987	2,06%	10.980.987	2,06%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	331.896.487	37,15%	196.967.335	36,89%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2016.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 580 milhares de Euros (595 milhares de Euros em 31 de março de 2016) conforme quadro abaixo:

	Mar 2017	Mar 2016
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	366	381
Prémio de gestão	214	214
	580	595

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Mar 2017	Mar 2016
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	397.061	277.550
Faturação emitida - REE	814	319
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	32	32
	<u>397.907</u>	<u>277.900</u>

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma operação de “Agente”, cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	Mar 2017	Mar 2016
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	121.794	85.704
Faturação recebida - REE	4.113	2.347
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	20	23
	<u>125.927</u>	<u>88.074</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “Agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Mar 2017	Dez 2016
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	92.969	93.820
EDP - cauções	155	155
EDP - outros devedores	2.650	4.813
OMIP - clientes	-	2.976
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	9	78
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	-	8
REE - Clientes	162	160
	<u>95.946</u>	<u>102.011</u>
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	10.547	4.761
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	78
REE - Fornecedores	1.062	678
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	18	16
	<u>11.626</u>	<u>5.533</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 7 de abril, o Grupo, através da sua subsidiária REN Gás, S.A., comunicou a celebração de um contrato aquisição da totalidade do capital social da EDP Gás, S.G.P.S., S.A. (“EDP Gás”) e das suas subsidiárias, EDP Gás Distribuição, S.A. e EDP Gás GPL - Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito, S.A., à EDP Iberia, S.L.U.. Nos termos do referido contrato, a aquisição está sujeita à verificação de um conjunto de condições suspensivas, entre as quais as habituais aprovações regulatórias. A transação não inclui quaisquer atividades de comercialização de gás natural, nomeadamente por motivos de natureza regulatória. Deste modo, o comercializador de último recurso de gás natural - EDP Gás, Serviço Universal, S.A. - será excluído do perímetro da EDP Gás antes da concretização da aquisição.

O Conselho de Administração aprovou a estrutura de financiamento da transação, que inclui o recurso a linhas de crédito e a um aumento do capital social da REN por novas entradas em dinheiro, sujeitos à aprovação dos órgãos sociais competentes da REN.

O Contabilista Certificado

Susana Neves

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)